

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Justiça suspende aumento de combustíveis na Paraíba.....	2
Título: Nota.....	3
Título: Direto da Fonte	3
Título: 'Haverá sanção ao petróleo, se necessário'	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Caminhoneiros protestam contra aumento do combustível	5
VEÍCULO: Valor Econômico	6
Título: A torre de Babel elétrica	6
Título: Para ANP, é hora de deixar de lado ideias intervencionistas	8
Título: Após a venda de Carcará para a Statoil, QGEP reavalia estratégia.....	15
Título: Curtas	16
Título: Cade aprova aquisição da CSA pela Ternium.....	17
Título: Cofco Agri e CMAA têm interesse em usina da Renuka	18
Título: Destaques	20
Título: Plano da Petros vê déficit aumentar para R\$ 28 bi	20
Título: Postos da Paraíba estão liberados de aumento	21

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Luiz Vassallo e Breno Pires****Título: Justiça suspende aumento de combustíveis na Paraíba**

A Justiça Federal na Paraíba suspendeu ontem os efeitos do decreto presidencial que elevou as alíquotas do PIS/Cofins sobre os combustíveis. A medida foi tomada liminarmente atendendo um mandado de segurança coletivo impetrado pelo Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado da Paraíba (Sindipetro-PB). A Advocacia-Geral da União (AGU) vai recorrer da decisão, que é válida apenas no Estado da Paraíba e, especificamente, para os filiados do Sindipetro- PB. De acordo com a decisão do juiz João Pereira de Andrade Filho, da 1.ª Vara Federal na Paraíba, o Decreto 9.101/2017, que elevou a alíquota do PIS/Cofins que incide sobre a gasolina, o diesel e o etanol, ofendeu o planejamento tributário não só dos consumidores, mas também o dos empresários do comércio varejista, porque não respeitou o princípio da anterioridade nonagesimal.

Segundo esse princípio, nenhum tributo será cobrado antes de 90 dias da publicação da lei que instituiu o aumento. O juiz afirma que o objetivo da decisão não é negar a necessidade de o governo arrecadar recursos para sustentar suas atividades, mas argumenta que o “poder de tributar do Estado não é absoluto”, pois a própria Constituição Federal impôs limites por meio dos princípios constitucionais tributários. Essa é a segunda decisão judicial que barra o aumento dos combustíveis. A primeira teve abrangência nacional e foi tomada pela 20.ª Vara Federal, em Brasília, no dia 25 de julho, determinando a suspensão do decreto de Michel Temer.

No dia seguinte, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, desembargador Hilton José Gomes de Queiroz, revogou a liminar a pedido da AGU. Queiroz alertou para o risco de decisões como a da Justiça de Brasília abrirem brecha “para um completo descontrole do País e até mesmo seu total desgoverno”. Na ocasião, a AGU afirmou que a suspensão da elevação das alíquotas representava prejuízo diário ao governo de R\$ 78 milhões. Temer anunciou o aumento da alíquota do PIS/Cofins no dia 20 de julho, com a expectativa de gerar receita extra de R\$ 10,4 bilhões para a União até o fim do ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia / coluna****Autor: Fernanda Guimarães****Título: Nota**

» **Voltou à carga.** A CSN voltou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedindo punição aos responsáveis pelo suposto benefício a acionistas da Usiminas em transações entre partes relacionadas - aquelas entre a companhia e suas coligadas com sócios. Em reclamação à autarquia, a empresa, que é a maior acionista da siderúrgica mineira fora do bloco de controle, anexou atas do conselho de administração da Usiminas com a admissão de conselheiros de que operações entre a empresa e a Nippon Steel foram firmadas sem a aprovação prévia do colegiado, como exige o estatuto. Procurada, a Usiminas diz que considera que a “denúncia apresentada não tem fundamentos” e que “repudia a ação de sua principal concorrente”. A Nippon não comentou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Caderno 2 / coluna****Autor: Sonia Racy****Título: Direto da Fonte**

Impostos

A Raízen entrou como parte interessada no processo da compra da Ale pela Ipiranga, a ser julgado hoje no Cade. Questiona benefícios fiscais da Ale.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Internacional****Autor: Cláudia Trevisan****Título: ‘Haverá sanção ao petróleo, se necessário’**

Entrevista - Fernando Cutz, diretor para América do Sul do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca

Washington tenta evitar que punições afetem população, mas não descarta medidas contra o setor do petróleo

Qual o próximo passo dos EUA em relação à Venezuela?

O que Trump pediu para mim e minha equipe foi um mapa de escalada de sanções. Dependendo das ações de Maduro, estamos prontos para agir.

Quais são as opções?

Não posso dizer. Mas nosso objetivo é ter o máximo de impacto sobre o governo da Venezuela e sobre Maduro pessoalmente e mínimo o impacto possível sobre o povo. Vários estudos foram feitos nas últimas semanas para tentarmos entender as consequências das decisões.

Dá para impor sanções ao setor de petróleo sem prejudicar a população?

Nossa principal preocupação é o bem-estar dos venezuelanos. Mas, dependendo das decisões de Maduro, seremos forçados a agir de maneira mais forte. O povo da Venezuela já está sofrendo por questões humanitárias e falta de democracia. Se Maduro mantiver a repressão, em um cenário de escassez de comida e de remédios, a crise vai se agravar. A questão é qual o ponto em que o benefício para a população supera os efeitos da sanção, cujas consequências podem ser drásticas.

Por que a Casa Branca anunciou apenas sanções individuais contra Maduro?

Prometemos sanções fortes e rápidas. No dia seguinte à votação, sancionamos Maduro. Muita gente especulou que iríamos punir o setor de petróleo. Chegaremos lá, se for necessário. Mas não quero minimizar a decisão de ontem. O presidente Trump cumpriu sua palavra. Mas não é o final. Se Maduro continuar a forçar nossa mão, ampliaremos as sanções.

Se Maduro não tiver ativos nos EUA, qual o impacto da sanção?

Há um impacto simbólico, dizer que agora ele é um ditador. Os EUA não fazem isso levemente. Maduro entrou para um clube exclusivo de quatro membros: Bashar Assad, da Síria, Kim Jong-un, da Coreia do Norte, e (Robert) Mugabe, do Zimbábue. Maduro não pode mais ter bens nos EUA e não pode ter dinheiro que passe pelo sistema financeiro americano. Ele está proibido de vir para os EUA. São medidas de impacto para o líder de um país.

O que preocupa mais os EUA?

A democracia está sendo destruída. Se você cria instabilidade, elimina a democracia, vira um ditador, você cria uma situação que pode afetar toda a região. Estamos preocupados com Colômbia e Brasil, que são as primeiras fronteiras para a imigração (venezuelana). A qualquer momento, isso pode virar um problema sério.

O que levaria a uma escalada de sanções?

Temos flexibilidade para tomar decisões de acordo com o que Maduro fizer. A julgar pelos comentários dele nos últimos dias, em vez de acalmar a situação, ele a está agravando. Se ele dissolver a Assembleia Nacional, prender membros da oposição, se a repressão aumentar, o povo da Venezuela não aceitará e os EUA também não.

As prisões de Ledezma e López justificam uma escalada das sanções?

Isso é muito sério e nós condenamos. Mas não queremos responder a cada coisa que eles façam. Queremos que eles voltem a respeitar a democracia, libertem todos os presos políticos e respeitem a Constituição. Só isso. O presidente tem um menu de opções que ele pode escolher, quando quiser.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Gilmara Santos

Título: Caminhoneiros protestam contra aumento do combustível

O aumento do PIS/Cofins dos combustíveis foi o estopim para a paralisação dos caminhoneiros nesta terça-feira (1º).

Segundo relatório divulgado pela Polícia Rodoviária Federal, os protestos atingiram cinco Estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Bahia).

No protesto mais longo em rodovias federais, ocorrido na BR-116, em Santa Catarina, o congestionamento durou mais de 13 horas.

No total, a polícia identificou bloqueios em 21 rodovias ocasionadas pelos protestos dos caminhoneiros.

"O diesel ficou até R\$ 0,46 mais caro por litro e a categoria, que já não tem reajuste no valor do frete há 15 anos, não suporta mais esse aumento", diz o presidente da Unicam (União Nacional dos Caminhoneiro), José Araújo da Silva, o China.

Os caminhoneiros reivindicam ainda que seja aprovado projeto de lei, que prevê uma tabela com valor mínimo para o frete; que a aposentadoria desses profissionais ocorra com 25 anos de carreira; e que o governo reveja a redução no quadro de policiais rodoviários.

"É um absurdo que sejam impostas regras novas aos caminhoneiros, sem haver o respeito às leis vigentes no setor", diz China.

De acordo com ele, fazem parte desta manifestação caminhoneiros autônomos, que normalmente têm até três caminhões.

"Mas nada impede que pequenas empresas que também são prejudicadas façam adesão ao protesto."

A entidade ainda está fazendo um balanço do protesto, mas China afirma que como não houve sinalização do governo para uma negociação, por isso, é possível que as manifestações continuem.

IMPACTO

Na Rodovia Anchieta, os manifestantes bloquearam o acesso ao Porto de Santos.

De acordo com a assessoria de imprensa da Ecovias, que administra a estrada, foram cerca de 3 km de congestionamento durante todo o dia no acesso ao porto.

A Ecovias afirma que as outras rodovias administradas pela concessionária não tiveram impacto da paralisação. Além da Anchieta, a concessionária administra a Imigrantes, Manoel da Nobrega e Cônego Domênico Rangoni.

A CCR, que administra o Rodoanel Via Oeste, parte da Castelo da Castelo Branco e da Raposo Tavares, afirma que em suas rodovias não houve impacto da manifestação.

Em Minas Gerais, os caminhoneiros bloquearam a rodovia BR-381, no km 361, em João Monlevade (129 km). Já no Espírito Santo, o bloqueio ocorreu no km 11 da rodovia BR-262, em Viana.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Roberto Pereira D'Araujo

Título: A torre de Babel elétrica

Com a reforma anunciada pelo Ministério de Minas e Energia através da consulta pública nº 33, de 5 de julho de 2017, provavelmente o setor elétrico brasileiro, além de ficar ainda mais complexo, vai passar por outra onda de privatizações a ser aprovada por medida provisória.

Independente do mérito, é importante notar que estamos de novo vendendo ativos em um período de crise fiscal do Estado. É o mesmo caminho da década de 90, quando grande parte das distribuidoras e a Eletrosul geradora foram vendidas por aproximadamente US\$ 30 bilhões, o equivalente ao faturamento de um ano do setor e sem resolver o problema do endividamento do Estado. A ser mantida essa tendência, onde iremos parar?

Do lado dos consumidores, ao contrário da promessa e da crença generalizada, desde 1995, marco zero da mercantilização e privatização, a tarifa brasileira só se elevou. O setor industrial paga hoje o dobro do que pagava em 95 já descontada a inflação do período. As residências pagam, em média, 50% acima da inflação, mesmo com efeito redutor do subsídio aos consumidores "baixa renda".

É bom lembrar que estamos lidando com uma descoberta científica do século XIX e uma indústria do século passado. Apesar das elegantes e compactas equações de Maxwell, Ampere e Faraday, o nosso sistema contábil mostra espantosas fórmulas cuja complexidade o torna ininteligível para o consumidor.

Em futuro próximo, novas tecnologias, como as fotovoltaicas, serão conectadas ao singular sistema integrado, e, até hoje, não receberam um estudo aprofundado. Na proposta do ministério percebe-se uma vã esperança de soluções via mercado. As interferências sistêmicas, que no caso brasileiro são significativas, são inviáveis de serem tratadas individualmente. Um singelo exemplo: telhados fotovoltaicos serão percebidos pelo sistema como uma redução de consumo num certo horário. Que efeito isso provoca? Menor geração térmica? Economia de água nos reservatórios? Algum estudo sobre o efeito na metodologia de operação do sistema?

Voltando à tarifa, a "saída" concebida para o incontrolável preço foi afirmar que usinas antigas já tinham sido pagas, uma "lorota" adotada pelo governo para tentar, sem sucesso, reduzir tarifas. O fracasso não surpreende, pois, amortização, um processo contábil, nada têm a ver com o período de concessão. Uma usina pode ter investimentos não quitados ao final do período e outra pode ser amortizada antes do fim da sua concessão. O resultado, além de provocar uma queda de valor de 70% da Eletrobras, "esterilizou" usinas e linhas antigas. Muito mais grave do que a fragilização da empresa, é o fato de que esses ativos deixaram de fazer parte da capacidade de autofinanciamento do setor. Todos nós perdemos!

Quando cerca de 15% das usinas são obrigadas a "doar" energia por menos de R\$ 10/MWh e, mesmo assim, a tarifa final chega a R\$ 290/MWh (só a energia), é porque, oclusos no remanescente, existem grandes lucros e grandes erros do governo que, ao que tudo indica, permanecerão na sombra. Mantido o descaso, a tarifa brasileira pode subir ainda mais 10% apenas pela decisão de fazer as usinas denominadas "cotizadas" venderem energia "a preço de mercado".

Em todo o mundo, usinas hidrelétricas, além de receberem investimentos adicionais, não são responsáveis apenas pela sua parte eletromecânica. Óbvias e necessárias iniciativas relacionadas aos reservatórios foram feitas ao longo dos anos. De certo modo, elas passaram a ter atributos de integração regional que, estritamente, não são do setor energético. Na realidade, poderiam fazer muito mais se não fossem tratadas como meras "fábricas de kWh" por um entendimento puramente mercantil do tema.

Dados da CCEE mostram que, de 2009 até 2012, as hidrelétricas geraram muito acima de sua garantia física oferecendo preços tão baixos como R\$ 12/MWh. Provocamos o grande déficit hidrológico que, ao contrário de outros déficits,

não se beneficiou dos grandes saldos anteriores. A questão está totalmente judicializada e irá debitar R\$ 18 bilhões na conta do consumidor. Adicionem-se os R\$ 60 bilhões das indenizações dos ativos das transmissões anteriores a 2000, que simplesmente não existiriam não fosse a intervenção desastrosa do governo Dilma. Adicionalmente, um complexo e superavaliado certificado, denominado "Garantia Física", tenta separar a segurança do sistema pelas usinas. Apesar do pomposo nome, ironicamente, exigiu um "jeitinho" denominado Encargo de Energia de Reserva. Só esse sobrecusto já soma R\$ 150 bilhões desde 2008.

O que chega a ser inacreditável é que, num país onde a hidreletricidade é predominante, por muito tempo, esse castigo de energia cara só ocorreu no mercado regulado. Os dados mostram que, no mercado livre, o estranho PLD, um falso preço, chegou a ser 40 vezes mais barato do que a energia do mercado regulado. Apesar desse estranho vestígio, continuaremos sem revelar o que efetivamente ocorreu nesse nicho.

Mas, como não podia deixar de ser, esse festival de energia barata também terminou. Hoje, mesmo com uma carga estagnada desde 2014, os reservatórios não se recuperam e a instabilidade de preços é a marca registrada do mercado. Nas distribuidoras, as bandeiras mudam de cor a cada mês e, no mercado livre, o nível de inadimplência já atingiu mais de 60% das liquidações.

O quadro atual é de torre de Babel. O grande número de associações setoriais visando apenas seus interesses não percebe que, principalmente nesse grande circuito elétrico, estamos todos no mesmo barco. Os ganhos temporários, geralmente, são o introito de uma inevitável crise que vai afetar os brasileiros, sem exceção. Infelizmente, parece que o país não aprende.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner

Título: Para ANP, é hora de deixar de lado ideias intervencionistas

Em meio a mudanças regulatórias desenhadas para destravar o setor de petróleo e gás no Brasil, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Fabrício Oddone da Costa, diz que está na hora de "corrigir o que não deu certo e deixar para trás ideias estatizantes e intervencionistas". A urgência é apresentada em números. Segundo o executivo, o país perde R\$ 2,6 bilhões a cada ano com o atraso da entrada em produção de uma plataforma como a do campo de Libra, no pré-sal.

Entre as mudanças em curso no setor, a mais polêmica é a que reduz o percentual exigido, nos próximos leilões, para contratação de bens e serviços no Brasil pelas empresas de petróleo. O objetivo é facilitar o início de projetos que vão exigir investimentos de R\$ 240 bilhões até 2021.

Para contratos assinados em leilões passados, a proposta, em consulta pública, prevê possibilidade de assinatura de aditivo contratual sob as novas regras, que terão percentual de 25% de conteúdo local. No caso de descumprimento, serão aplicadas multas sem a possibilidade de "waiver", que é o perdão pelo descumprimento dos índices previstos e que já resultou em multas de R\$ 576 milhões aplicadas pela ANP até agora.

"Queremos gerar volume, e 25% de muitas plataformas é muito melhor do que 55% de nenhuma ou de poucas, como a gente está agora", disse. O executivo trabalhou 30 anos na Petrobras, onde entrou em 1985. Seguiu a carreira do avô, Décio Oddone, primeiro geofísico brasileiro e integrante da diretoria da Petrobras na criação da empresa, em 1953. A influência do avô sempre foi uma inspiração que ele não esconde. Oddone integrou as primeiras equipes de exploração da Bacia de Campos e fez carreira internacional na estatal, tendo passado Iraque, Líbia e Angola. Presidiu a Petrobras na Bolívia e na Argentina, de onde foi afastado por ordem de Jorge Zelada, hoje preso, e foi vice-presidente de Investimentos da Braskem. Deixou a diretoria da Prumo em 2016 para assumir a ANP. A seguir, os principais trechos da entrevista concedida após sua volta de um giro por oito países: Inglaterra, EUA, Austrália, Malásia, Cingapura, China, Rússia e Noruega.

Valor: *A descoberta do pré-sal abriu um debate sobre o ambiente regulatório que acabou interrompendo os leilões no Brasil. Qual o saldo desse período?*

Décio Oddone: Quando descobrimos o pré-sal começaram as discussões. Levamos cerca de cinco anos discutindo. Nesse período tivemos queda do preço do petróleo, redução dos investimentos da Petrobras e também dificuldade de cumprimento de regras de conteúdo local, que passaram a ser mais rígidas em 2005. Isso tudo teve impacto enorme na produção do petróleo no Brasil, e o declínio da atividade exploratória foi impressionante. Chegamos a ter 238 poços perfurados em 2011 e só 7 em 2017. Se não fizermos nada, estaremos contratando agora a paralisia da indústria mais à frente.

Valor: *Como reverter isso?*

Oddone: Precisamos ter coragem de corrigir o que não deu certo e deixar para trás as ideias estatizantes e intervencionistas que vimos que não funcionaram. Às vezes parece que não conseguimos sair daquelas ideias dos anos 50. Cada vez que divulgamos uma medida para estimular a atividade aparece gente

dizendo que estamos cedendo à pressão das empresas, insinuando que temos postura de colonizados. Acho que é o contrário. Pensar isso é que é submissão. Estamos escolhendo o caminho que queremos seguir. Quem acha fazemos isso pressionados por outros é que demonstra ter uma mentalidade de colonizado.

Valor: *Pode ser mais específico?*

Oddone: Estão sendo tomadas algumas medidas de natureza política, como o fim da obrigatoriedade da Petrobras ser operadora única no pré-sal, e outras não, como o calendário de leilões, a revisão do modelo de conteúdo local e a nova política de exploração e produção. Essas mudanças vão dar uma dinâmica nova e inédita ao setor. Vão trazer investimentos relevantes, gerar contratações junto à cadeia de fornecedores, fomentar um ciclo positivo de aumento de emprego e arrecadação.

Valor: *Quanto pode vir?*

Oddone: Calculamos cerca de US\$ 80 bilhões de investimento direto nas rodadas que serão realizadas a partir de agora até 2019. Nos nossos cálculos estatísticos, as reservas de petróleo e gás devem praticamente dobrar. Hoje o país ainda vive dos projetos de exploração e produção que foram concedidos no passado, cujo prazo de exploração começou anos atrás.

Valor: *Mantida a previsão de R\$ 240 bilhões em investimentos?*

Oddone: A ANP contabiliza 20 projetos de produção previstos para o período de 2017 a 2021 que podem gerar investimentos de R\$ 240 bilhões e instalação de outras 20 plataformas. É nisso que temos que focar no curto prazo. É preciso destravar esses investimentos.

Valor: *Que projetos estão incluídos nesse cálculos?*

Oddone: Vários do pré-sal, como Libra, Sépia, Lula, Búzios e outros. São projetos que estão andando em maior ou menor velocidade em função de uma série de dificuldades. O que a gente quer fazer é ajudar para que esses projetos saiam. Dos leilões que aconteceram nos últimos anos, na 11ª e 12ª rodadas [de 2013] e desde a 7ª rodada [de 2005], cerca de 150 poços exploratórios, dos quais 40 no mar, estão travados. Ainda não aconteceram porque não têm licença ambiental, existe dificuldade com conteúdo local ou alguma outra razão. Só aí são cerca de R\$ 10 bilhões de investimento. Uma sonda marítima, por exemplo, gera mil empregos, incluindo rodízio da tripulação e apoio. Essas atividades podem ser destravadas.

Valor: *Com tantas dificuldades do governo na área fiscal, não foi difícil convencer a Fazenda a abrir mão dessas multas?*

Oddone: Em primeiro lugar, a política de conteúdo local não tem o objetivo de multa. O objetivo é distinto. A última coisa que eu quero aqui é multar. A multa significa o fracasso da política e o ideal é que ela fosse conduzida sem multa. Outra coisa que é preciso lembrar é que estamos vivendo um período de institucionalização. Eu nunca falei com a Fazenda sobre isso. Essa atribuição cabe à ANP. Se por um lado, no passado, as fornecedoras interpretaram as questões de compromisso de conteúdo local como uma demanda potencial e fizeram investimentos com base em expectativas de contratação que não se realizaram, não procedem as argumentações da indústria do petróleo de que os compromissos de conteúdo local eram totalmente inexecutáveis. Também não é isso. No momento, o que não está claro é que a isenção em larga escala ou a negociação individual de compromisso de ajuste, o "waiver", seja a solução. E não é. Se tivermos milhares de "waivers" isso aqui vai virar um inferno.

Valor: *Não é injusto conceder o 'waiver' quando empresas pagaram menos se comprometendo com mais conteúdo local?*

Oddone: Um debate que existe é se houve prejuízo para concorrentes nos casos em que a oferta de conteúdo local foi critério vencedor da licitação. Foram apenas dois casos em 673 desde 2005. Uma das áreas já foi devolvida, era em terra da Petrobras com BG no São Francisco. Resta uma no Recôncavo Baiano também em terra. Então não tem nenhum campo relevante. O impacto disso na seleção de ganhadores dos leilões foi mínimo.

Valor: *E o TCU criticou essa demora da agência*

Oddone: No ano passado, o TCU determinou que em 180 dias a ANP normatizasse a aplicação do "waiver", inclusive para os casos já protocolados. Desde 2009, a ANP vinha alertando sobre as dificuldades encontradas na aplicação da política de conteúdo local. O sistema é rígido, detalhado, de difícil cumprimento e fiscalização, e não parece refletir a atual capacidade da indústria fornecedora em bases razoavelmente competitivas. Nosso objetivo ao regulamentar não é ajudar a indústria de petróleo mas evitar insistir nos erros e corrigir o que não deu certo. A contratação de conteúdo local não deve onerar o setor de petróleo de forma arbitrária.

Valor: *Como se chegou aos 25% de conteúdo local?*

Oddone: Foi em função de uma ampla discussão para redefinir as regras de conteúdo local feita no âmbito do governo.

Valor: *Alguma empresa ou segmento industrial reclamou com a ANP que essa mudança é injusta?*

Oddone: Eu recebi aqui o Sinaval e a Abimaq, e eles têm uma posição de que os conteúdos locais precisam ser mantidos nos níveis anteriores. Mas nos níveis anteriores, a atividade paralisou. Tanto assim que o governo mesmo reformulou a política. O fato é que as contratações não vieram.

Valor: *Essa paralisação não foi por falta de outras empresas competindo com a Petrobras, que passou a ter dificuldades?*

Oddone: Quando se tem uma redução da atividade como a gente teve no Brasil, isso é resultado de uma série de fatores. Não foi um fator único. O que a gente viveu foi uma conjunção de políticas equivocadas com concentração em uma única empresa, que é a Petrobras. Mas também de outros fatores como o preço do petróleo que reduziu o nível exploratório das companhias. É uma série de conjunções e devemos trabalhar com as que nos competem. O governo determina as políticas e mudou algumas. A regulação, a ANP ajusta.

Valor: *E foram cinco anos sem leilões, de 2008 a 2013.*

Oddone: Se me pedissem para eleger um fator, elegeria esse como o mais relevante, como também a dificuldade com conteúdo local. Com o preço do petróleo a mais de US\$ 100 tudo fica mais fácil, a indústria fica mais próspera e mais propensa a gastar mais, o que não acontece em época de escassez de recursos como agora. O que queremos que as pessoas entendam é que nosso objetivo é fazer alguma coisa. A indústria brasileira vai se beneficiar muito mais do que se os projetos continuarem parados, e as empresas, a indústria e a ANP entrassem em uma interminável discussão de pedidos de "waiver". Mantida a regra como está vai ser uma judicialização eterna, um debate caso a caso.

Valor: *E como fica a situação da indústria brasileira?*

Oddone: As empresas mais competitivas serão as primeiras a se beneficiar quando as contratações das empresas de petróleo voltarem. E no final toda a cadeia vai se beneficiar. Queremos gerar volume, e 25% de muitas plataformas - e eu falei vários números aqui - é muito melhor que 55% de nenhuma ou de poucas, como a gente está agora. Isso precisa ser entendido. Sem falar nos outros benefícios de uma retomada da atividade. É por isso que estamos propondo as mudanças e levando o assunto para consulta pública. Todos vão ter condições de opinar.

Valor: *Quem vai tomar a decisão final sobre as mudanças na política de conteúdo local?*

Oddone: A ANP. Os interessados poderão se manifestar. Temos tradição de engessar muito as decisões. A de conteúdo local é um exemplo. Agora vamos licitar blocos do pré-sal e seria bom ver companhias disputando quem oferece

maior bônus no momento em que o país precisa de receitas adicionais. Mas não podemos, porque está definido na lei que o bônus não é mínimo, é fixo. Ganha quem oferecer a maior parcela de petróleo para a União. Passamos anos discutindo o destino da renda do pré-sal e acabamos decidindo que a Petrobras seria operadora única com mínimo de 30% de cada bloco.

Valor: *O bônus previsto para as áreas do pré-sal é de R\$ 8,5 bilhões. Acha que perdeu-se tempo?*

Oddone: Aí tem uma coisa interessante. A União se apropria de 75% da renda do petróleo, o "government take" como se fala em inglês, que é o conjunto de resultados que sobram depois de pagos todos os custos. Como o Estado detém cerca de 50% do capital da Petrobras, se distribuído sob a forma de dividendos, metade do seu lucro poderia reverter para a União. O resto corresponderia aos demais acionistas.

Valor: *O governo tem 47,61% considerando participações indiretas do BNDES e da Caixa.*

Oddone: Mas vamos imaginar que sejam 50%, vamos fazer uma conta de padreiro. Dessa forma, se a Petrobras operasse sem sócios em uma área no pré-sal, metade do lucro auferido pela companhia, 12% da renda total, poderia passar ao Estado, elevando a parcela que caberia ao governo a 87%. No entanto, a Petrobras optou por ter 30% nos blocos que selecionou nos próximos leilões. Em função disso, a participação do Estado no lucro da companhia poderia chegar perto de 4% do total, o que elevaria o montante da União a 79% da renda total. Nos blocos em que a Petrobras não participar, a quota do Estado será de 75%. Portanto, toda a discussão sobre a renda gerada pela exploração do pré-sal resume-se a cerca de 4% do total.

Valor: *A discussão tomou muito tempo, inclusive no Congresso*

Oddone: Pois é. E enquanto essas regras eram discutidas, o país pagava juros elevados sobre a sua dívida. Do ponto de vista econômico-financeiro teria sido melhor iniciar a produção logo. Algo parecido acontece na discussão sobre o conteúdo local, que está na ordem do dia. Parece que as contratações a preços mais elevados são um problema só das empresas, inclusive da Petrobras. E olha a contradição aí. A Petrobras é do povo, ela é nossa, mas pode arcar com custos mais elevados. E numa democracia capitalista como a nossa, as contratações devem ser feitas de forma livre, sem imposições excessivas. A interferência deve ser limitada, já que existem políticas. Nessa discussão sobre o conteúdo local não se fala dos custos para a sociedade.

Valor: *Qual o impacto do atraso de uma plataforma como a do campo de Libra?*

Oddone: Com o petróleo custando US\$ 50 o barril e considerando que a plataforma terá capacidade de produzir 150 mil barris, a conta é impressionante. São R\$ 2,6 bilhões de receitas postergadas a cada ano por causa do atraso na entrada em produção de uma plataforma como essa. Se estamos falando de um potencial de 20 plataformas nos próximos anos, faz a conta. São dezenas de bilhões de reais potenciais de projetos previstos. E mesmo que não sejam tudo isso, continuam sendo dezenas de bilhões de reais em receitas que, do ponto de vista prático, nunca mais vão ser recuperadas. Se vai produzir o petróleo daqui a 20 anos, se trouxer a valor presente é nada. Quem mais perde com isso é a sociedade. É preciso coragem de propor alguma coisa, e é o que estamos fazendo.

Valor: *É possível que venha uma onda de importações que possa impactar a balança comercial?*

Oddone: Eu vejo uma situação em que a retomada da atividade vai gerar demanda. Teremos coisas que serão feitas fora e existem grandes discussões sobre o que. Mas não tenho dúvidas de que montagem de cascos e módulos serão feitos no Brasil. Eu já vi apresentações públicas de consórcios falando que níveis de contratação próximos aos que estão estabelecidos agora serão viáveis. E se não forem na forma que estamos propondo, aí haverá multa, porque não vai mais existir a figura do "waiver". E quando se retoma a atividade se cria toda uma cadeia de produção que não está presente quando a atividade é reduzida. Não nos esqueçamos também que o Brasil é longe, existe um custo logístico para trazer as coisas para cá, e a questão de impostos aplicáveis às importações. Isso gera vantagens para as empresas estabelecidas no Brasil. As empresas mais competitivas serão beneficiadas no primeiro momento, mas com o grande volume de plataformas que vão ser consumidas nos próximos anos, não tenho dúvida que vai aumentar o grau de contratações da indústria em geral.

Valor: *Existe algum estudo mostrando as dificuldades de se adquirir bens no mercado nacional?*

Oddone: Existem muitos estudos, nenhum da ANP. Os pedidos de "waiver" que temos aqui, exceto Libra e Sépia, da Petrobras, são da fase de exploração, que não tem essa questão de indústria tão intimamente relacionada.

Valor: *Quais itens de conteúdo local estão sendo objeto de pedidos de "waiver"?*

Oddone: Temos pedidos para afretamento de sondas, apoio logístico a embarcações, aquisição de sísmica, brocas, equipamentos de poços e revestimentos, que são as tubulações. E temos dois de sistemas de comunicação. Tudo ainda relacionado com a atividade de exploração, enquanto

o grosso da contratação da indústria local vem na fase de desenvolvimento. Mas a ANP ainda não está avaliando esses pedidos.

Valor: *Como vê a conjuntura de preço do petróleo?*

Oddone: Tanto a Opep quanto a Agência Internacional de Energia [AIE] identificam que a reação da indústria à queda do preço do petróleo em 2014 e 2015 vai gerar a necessidade de exploração. No momento em que cai o preço, o primeiro ajuste que as empresas fazem é cortar a exploração e foi esse o movimento que vimos de 2014 a 2016. Agora está voltando o interesse das empresas por exploração e tanto a AIE quanto a Opep acham que em 2020 a falta de exploração em 2014, 2015 e 2016 vai levar a um aumento de preços.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Após a venda de Carcará para a Statoil, QGEP reavalia estratégia

Após vender sua fatia de 10% na concessão BM-S-8 (Carcará), para a Statoil, a Queiroz Galvão Exploração e Produção pretende rediscutir seu posicionamento estratégico. Segundo o presidente da QGEP, Lincoln Guardado, a empresa ainda avalia qual será o destino dos recursos obtidos com o desinvestimento (US\$ 379 milhões), mas a ideia é que o fortalecimento do caixa seja, prioritariamente, voltado para financiar os investimentos no curto e médio prazos.

"Vamos ter que fazer um reordenamento estratégico, talvez [atuar] em menos áreas, mais focalizados. Precisamos pensar um pouco o que vai compensar esse óleo médio e de longo prazo de Carcará, repensar que área pode recompor essa reserva [após a venda do ativo]", disse.

A expectativa, de acordo com o executivo, é que os valores a serem pagos pela Statoil só entrem no caixa da QGEP, integralmente, em dois anos. Pelo acordo, a brasileira receberá os US\$ 379 milhões em três parcelas: a primeira delas, de 50%, será paga após a aprovação do negócio pelos órgãos competentes; uma segunda (12%) após o leilão de áreas unitizáveis da União, que ofertará uma área adjacente à descoberta de Carcará; e uma terceira (38%) condicionada ao acordo de unitização do ativo.

"A unitização deve levar dois anos pelo menos", disse Guardado. "Isso bate mais ou menos com a previsão de quando vamos começar o investimento no sistema definitivo de Atlanta (2019/2020). Não dá para sair usando todo nosso excesso de caixa e comprometer [a disciplina de capital]", completou o executivo.

Guardado explica que os recursos oriundos da venda de Carcará serão usados, primordialmente, para financiar o desenvolvimento do campo de Atlanta, no pós-sal da Bacia de Santos, e as perfurações da carteira de exploração da empresa. Ele citou, ainda, que a petroleira avalia uma distribuição extraordinária de dividendos.

Questionado se a QGEP tem interesse no pacote de 30 concessões de águas rasas colocado à venda pela Petrobras, Guardado afirmou que a opção da estatal de reunir os campos em polos de produção "não coaduna muito com o tamanho" da empresa.

"Uma empresa que pegue esses ativos terá que fazer intervenção de poço, recuperação de poços, perfurar poço. Isso não é uma tarefa simples para que a empresa tome uma decisão agora. Precisamos de uma certa estrutura operacional montada", explicou.

Guardado comentou, ainda, sobre a busca da petroleira por sócios para blocos arrematados nas 11ª e 13ª rodadas e destacou que a QGEP vem "reduzindo o passo" nas negociações.

"É notório que as rodadas e o próprio desinvestimento da Petrobras estão competindo um pouco conosco. Resolvemos então diminuir um pouco o passo, mantendo [as conversas] com algumas companhias, mas pretendemos retomar [a concorrência] possivelmente no início de 2018", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

AES Tietê em solar

A AES Tietê comprou o projeto de um complexo solar localizado em Tacaibó, em Pernambuco, que tem autorização para construção de 91 megawatts-pico (MWp) de potência, por R\$ 75 milhões. O objetivo da companhia é transferir a autorização para construção do complexo solar para o Estado de São Paulo, a fim de viabilizar a construção da usina solar Água Vermelha, próxima da hidrelétrica de mesmo nome, que também é concessão da companhia. O complexo solar foi outorgado no leilão de energia de reserva (LER) de novembro de 2015, o último da fonte solar realizado no país. O preço da energia contratada, com vigência de 20 anos, é de R\$ 291,75 por megawatt-hora (MWh), e o início da operação é previsto para 2018. O investimento na obra era de R\$ 300 milhões.

AES Tietê II

A AES Tietê pretende aproveitar o contrato de compra de energia (PPA, na sigla em inglês) deste parque solar para viabilizar seu projeto em Água Vermelha, que já tem as licenças necessárias mas não saiu do papel devido à falta de leilões. Se o pedido de transferência do complexo para o Estado de São Paulo for rejeitado pela Aneel, a companhia disse que seguirá com a construção do projeto em Pernambuco.

Lucro da Cteep cresce

A ISA Cteep teve lucro líquido de R\$ 498,8 milhões no segundo trimestre do ano, alta de 378,5%, refletindo os efeitos contábeis da remuneração dos ativos antigos não amortizados que tiveram as concessões renovadas em 2012. A receita da companhia somou R\$ 895,8 milhões, alta de 213%. Apenas a remuneração dos ativos teve efeito de R\$ 649,5 milhões na receita, sendo R\$ 217 milhões pela atualização da parcela do ativo financeiro e outros R\$ 432,6 milhões referentes a um despacho do início de junho que atualizou o valor total que a Cteep tem direito a receber, de R\$ 4,1 bilhões. Excluindo os efeitos das indenizações, a receita líquida teria somado R\$ 306,3 milhões (alta de 7%) e o lucro líquido teria sido de R\$ 115,7 milhões (ganho de 7,2%).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Lucas Marchesini e Ivo Ribeiro

Título: Cade aprova aquisição da CSA pela Ternium

Após alguns meses de análise por parte de seus conselheiros, os Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou ontem a venda da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) para a companhia ítalo-argentina Ternium. A operação foi fechada por € 1,5 bilhão no fim de fevereiro.

O negócio também prevê a manutenção pela compradora de um acordo de exportação fechado alguns anos atrás com um grupo siderúrgico nos EUA. Trata-se de contrato de fornecimento de placas de aço carbono.

A autoridade antitruste concluiu que não existem "preocupações concorrenciais oriundas da presente operação". "Reputa-se não ser provável que as requerentes tenham capacidade de promover fechamento dos mercados em que atuam", prossegue o despacho do Cade, divulgado ontem.

O relatório da Superintendência Geral (SG) do Cade informa ainda que, "sob a ótica da produção, as placas de aço carbono da CSA não têm representatividade

tão elevada na dinâmica do mercado brasileiro e as empresas já atuantes no mercado têm capacidade de absorver eventuais desvios de demanda".

Durante a análise da operação, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que tem usina em Volta Redonda (RJ), tentou barrar o negócio, argumentando que ele trazia concentração nas mãos da Ternium, uma vez que a empresa ítalo-argentina já é acionista do bloco de controle da Usiminas.

A CSA, que foi erguida pelo grupo alemão ThyssenKrupp, a quem gerou vários bilhões de dólares de prejuízo em sua implantação, iniciou operações em meados de 2010. Sua usina, no município do Rio de Janeiro, tem capacidade de produzir 5 milhões de toneladas de placas por ano.

Como publicou o **Valor** na época do negócio com a Thyssen, tratou-se de um ótimo negócio para a Ternium. Com isso, a siderúrgica sediada em Luxemburgo, listada em Nova York e controlada pelo grupo Techint deu um passo estratégico de posicionamento nas Américas e resolveu seu problema de déficit (3 milhões de toneladas ao ano) de placas para suas laminações de aço no México e EUA.

Conforme apurou o **Valor**, já foi escolhido o executivo que vai presidir a CSA: será Marcelo Chara, ex-vice-presidente industrial da Usiminas - 2012 a setembro de 2014.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Cofco Agri e CMAA têm interesse em usina da Renuka

A Renuka do Brasil, controlada pela indiana Shree Renuka Sugars, já tem ao menos dois grupos interessados em adquirir uma de suas usinas: a chinesa Cofco Agri e a Companhia Mineira de Açúcar e Alcool (CMAA). Conforme apurou o **Valor**, ambas pediram habilitação para dar lance no leilão da usina Revati, localizada em Brejo Alegre (SP), que está sendo colocada à venda pela Renuka no âmbito de sua recuperação judicial.

Além das empresas citadas, outras duas estão avaliando as instalações da planta e os canaviais e ao menos um deles apresentará pedido de habilitação, de acordo com uma fonte que acompanha de perto as negociações em andamento.

O pedido de habilitação não significa que essas empresas têm que apresentar lances, mas é um procedimento necessário para que elas possam participar da disputa. Outras companhias ainda podem manifestar interesse, já que o período

de habilitação vai até o dia 9 de agosto. O leilão judicial está marcado para 4 de setembro.

As duas potenciais compradoras que se inscreveram no páreo até o momento avançaram no segmento sucroalcooleiro no Brasil justamente por meio de aquisições.

A maior delas é a Cofco Agri, controlada pela estatal chinesa de alimentos Cofco, que entrou no segmento sucroalcooleiro no Brasil ao adquirir o controle da Noble Agri e, conseqüentemente, quatro usinas em São Paulo. Juntas, as plantas têm capacidade para moer 15 milhões de toneladas de cana por safra. As unidades estão na região de São José do Rio Preto e Araçatuba, relativamente próximas à usina Revati.

Não é a primeira vez que a Cofco se interessa por uma usina da Renuka. Quando a indiana tentou leiloar sua outra unidade, a Madhu, em Promissão (SP), a chinesa chegou a avaliar o negócio, mas desistiu por causa da falta de cana disponível e do preço considerado alto pedido no leilão. O lance mínimo era de R\$ 700 milhões, para uma capacidade instalada para processar cerca de 6 milhões de toneladas por safra.

Após desistir daquela transação, Marcelo Andrade, diretor global de açúcar da Cofco Agri, afirmou que o objetivo no curto prazo seria preencher a capacidade das unidades que a empresa já controlava. Mas o interesse em crescer no mercado brasileiro continuou no horizonte.

Segundo fonte com conhecimento do assunto, a Cofco ainda está realizando estudos para avaliar se apresentará de fato uma proposta, mas tem ressalvas quanto à situação atual da planta.

Por sua vez, a CMAA estreou no segmento com uma unidade no município mineiro de Uberaba - a Usina Vale do Tijuco - e avançou em 2016 ao adquirir uma unidade da ADM, a Usina Vale do Pontal, no município mineiro de Limeira do Oeste. As duas plantas têm, no total, capacidade para processar cerca de 5 milhões de toneladas de cana.

Na safra passada (2016/17), a CMAA processou 3,69 milhões de toneladas e registrou receita líquida de R\$ 605,1 milhões. Embora o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado tenha subido 13%, para R\$ 215 milhões, a CMAA encerrou a safra com prejuízo líquido de R\$ 100 milhões, 91% maior que o do ciclo anterior.

Procuradas, a Renuka e a Cofco Agri disseram que não comentariam o assunto. A CMAA não retornou o pedido de entrevista.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Finanças**Autor:****Título:** Destaques

Bônus da Eletrobras

A Eletrobras prepara uma emissão de bônus de pelo menos R\$ 1 bilhão, de acordo com uma fonte. A companhia já contratou os bancos que irão cuidar do processo - Bradesco e Bank of America Merrill Lynch (BofA). A expectativa é que a companhia aproveite a próxima safra de operações, que deve acontecer em setembro. A intenção é levantar os recursos para financiar a recompra de papéis que estão no mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Finanças**Autor:** Juliana Schincariol**Título:** Plano da Petros vê déficit aumentar para R\$ 28 bi

Os dois principais planos da Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, tiveram resultados opostos em maio. O PP-2, plano de contribuição variável (CV), teve alta de 0,67%, 0,1 ponto percentual abaixo do objetivo, e o PPSP, de benefício definido (BD), ficou negativo em 1,47%, ante meta de 0,79%. Sem atingir a meta também no acumulado do ano, o déficit do fundo BD aumentou para R\$ 28 bilhões em maio.

No plano CV, que recém completou dez anos de existência, os títulos públicos são marcados "na curva", ou seja, contabilizados pelo valor de compra, mais a variação da taxa desde a emissão do papel até o vencimento. Assim, eles deixam de sofrer os impactos das oscilações do mercado, que se intensificaram em maio com a crise política, afirmou o presidente da entidade, Walter Mendes, em recente entrevista ao **Valor**.

No acumulado do ano, o PP-2 também sai em vantagem, com ganho de 3,81% - a meta atuarial é de 3,79%. O resultado foi impulsionado pela renda fixa, que ganhou 4,11% e responde por 81% dos investimentos. Os Fundos de Investimentos em Participações (FIPs) renderam 6,62% e os empréstimos, 4,78%. A renda variável ganhou 0,15% e os imóveis, 0,53%.

No PPSP, que concentra os investimentos problemáticos da Petros, o resultado no ano foi de 2,1% diante de meta de 3,85%. Assim, o déficit acumulado passou de R\$ 27,066 bilhões, em abril, para R\$ 28,050 bilhões, em maio. O

desempenho começou a mudar em abril, já que até o primeiro trimestre tinha alta de 3,43%, acima da meta de 2,41%. O maior ganho de janeiro a maio veio de empréstimos, de 5,52%. A renda fixa subiu 5,18% e a variável, de 0,93%. A carteira de imóveis (-0,58%) e de investimentos estruturados (-18,39%) ficaram negativas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Laura Ignacio

Título: Postos da Paraíba estão liberados de aumento

O Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado da Paraíba conseguiu ontem uma liminar para livrar os cerca de 250 associados à entidade do aumento do PIS e da Cofins sobre combustíveis, instituído pelo Decreto nº 9.101, deste ano. Por nota, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou que vai recorrer.

Ao contrário da liminar que havia sido proferida em ação popular, com efeito nacional, para suspender o aumento, essa tutela de urgência só impacta esse conjunto de empresas da Paraíba.

O juiz João Pereira de Andrade Filho, da 1ª Vara da Justiça Federal da Paraíba, acatou o argumento de que a majoração só poderia ter sido feita por decreto. "Sendo as contribuições sociais (espécies do gênero tributos), estão elas igualmente sujeitas ao princípio da legalidade tributária estrita", diz na decisão.

O magistrado também concordou que o Decreto 9.101 fere o princípio constitucional que exige a chamada noventena. "Segundo a qual não se pode exigir ou cobrar referida exação antes de decorridos noventa dias da publicação da lei que a institua ou a modifique", afirma.

Para o advogado que representa o sindicato no processo, José Gomes de Lima Neto, do Gomes & Marques Advogados Associados, a tutela foi concedida porque as inconstitucionalidades do Decreto 9.101 são flagrantes. "A norma causou aumento significativo no preço da bomba porque, como o combustível é tributado na refinaria, já saiu de lá com o preço majorado. Isso teve que ser repassado para o consumidor, o que causa retração de vendas", diz.

Com a liminar, Lima Neto espera que, na compra de novo estoque de combustíveis, os postos da Paraíba tenham a carga tributária reduzida. "Mas isso não é automático. As refinarias deverão ser intimadas com urgência sobre a liminar para já distribuírem o combustível a preços menores", afirma.

Nesse caso, o recurso da AGU deverá ser analisado na primeira instância ou no Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região. A liminar da ação popular foi derrubada no TRF da 1ª Região.

Para o tributarista do Brasil Salomão e Matthes Advocacia Fabio Calcini, a decisão é um forte indício dos vícios que existem no decreto presidencial. "Como bem dito pelo juiz, razões de Estado não é justificativa, sendo dever do Estado respeitar no mínimo a Constituição", afirma. "Embora a decisão somente tenha efeitos para o Estado da Paraíba, certamente, será um importante precedente para que demais entidades, de diversos Estados, questionem referida majoração".

O tributarista Maurício Faro, do BMA Advogados, afirma que a decisão também é relevante em relação a outras discussões judiciais. "A decisão reconhece expressamente a impossibilidade de o Executivo aumentar tributos via decreto, uma situação bastante semelhante à da exigência de PIS/Cofins sobre as receitas financeiras".

MME / ASCOM